

1º SIMULADO

DEPEN

ESPECIALISTA (ÁREA: SERVIÇO SOCIAL)
PÓS-EDITAL



Estratégia
Concursos

Simulado Especial

1º Simulado DEPEN (Área Serviço Social)

Nome: _____

INFORMAÇÕES SOBRE O SIMULADO EXCLUSIVO

- 1 – Este simulado conta com questões focadas no concurso do DEPEN;
- 2 – A prova contém **120 itens** que abordam conhecimentos cobrados no edital do concurso;
- 3 – As questões são inéditas e foram elaboradas pelos nossos professores com base no perfil da banca organizadora CESPE/CEBRASPE, com assertivas para serem valoradas como “certo” ou “errado”.
- 4 – Este PDF foi enviado por e-mail, disponibilizado na área do aluno e em um artigo publicado no blog do Estratégia Concursos;
- 5 – Os participantes têm das **8:30 às 13:00** para responder às questões e preencher o Gabarito Eletrônico;
- 6 – O link para preencher o formulário com seu gabarito está localizado na última página deste PDF;
- 7 – O Gabarito do Simulado e o Ranking Classificatório com nota serão divulgados no blog do Estratégia Concursos.
- 8 – Esse simulado é uma autoavaliação! Você mesmo(a) vai corrigir, a partir do padrão de respostas disponível na área do aluno.

PREENCHA SEU GABARITO NO LINK - <http://bit.ly/Simulado-DEPEN-Serviço-Social-29-08-20>

01 – C E	25 – C E	49 – C E	73 – C E	97 – C E
02 – C E	26 – C E	50 – C E	74 – C E	98 – C E
03 – C E	27 – C E	51 – C E	75 – C E	99 – C E
04 – C E	28 – C E	52 – C E	76 – C E	100 – C E
05 – C E	29 – C E	53 – C E	77 – C E	101 – C E
06 – C E	30 – C E	54 – C E	78 – C E	102 – C E
07 – C E	31 – C E	55 – C E	79 – C E	103 – C E
08 – C E	32 – C E	56 – C E	80 – C E	104 – C E
09 – C E	33 – C E	57 – C E	81 – C E	105 – C E
10 – C E	34 – C E	58 – C E	82 – C E	106 – C E
11 – C E	35 – C E	59 – C E	83 – C E	107 – C E
12 – C E	36 – C E	60 – C E	84 – C E	108 – C E
13 – C E	37 – C E	61 – C E	85 – C E	109 – C E
14 – C E	38 – C E	62 – C E	86 – C E	110 – C E
15 – C E	39 – C E	63 – C E	87 – C E	111 – C E
16 – C E	40 – C E	64 – C E	88 – C E	112 – C E
17 – C E	41 – C E	65 – C E	89 – C E	113 – C E
18 – C E	42 – C E	66 – C E	90 – C E	114 – C E
19 – C E	43 – C E	67 – C E	91 – C E	115 – C E
20 – C E	44 – C E	68 – C E	92 – C E	116 – C E
21 – C E	45 – C E	69 – C E	93 – C E	117 – C E
22 – C E	46 – C E	70 – C E	94 – C E	118 – C E
23 – C E	47 – C E	71 – C E	95 – C E	119 – C E
24 – C E	48 – C E	72 – C E	96 – C E	120 – C E

PORTUGUÊS**Carlos Roberto****TEXTO I**

Aristóteles dá aula no seu liceu e um aluno lhe pergunta o que é ética. Aristóteles não responde, mas conta uma história, aliás, muito conhecida. O comandante de uma embarcação ganha sua vida transportando cargas de um porto a outro. Em um determinado dia, ele recebe uma importante encomenda. Contrata uma boa tripulação e parte. Ele conhece aquele percurso como ninguém. No meio do caminho, porém, se depara com um raro acontecimento naquele local: uma tempestade. E aí o comandante percebe que, se não jogar a carga ao mar, é possível que ele venha a naufragar. Aristóteles não termina a história, o que mostra que, para ele, não era muito importante o que o comandante decidiu. O importante é destacar que a ética é com tempestade e tudo. Diversas vezes, ouvimos dizer: “precisamos evoluir muito para chegar ao patamar de uma sociedade ética”, sem percebermos que não é bem assim. A ética é a inteligência compartilhada a serviço do aperfeiçoamento da convivência com todas as condições materiais que são as nossas. Se formos esperar uma sociedade ideal para que a ética possa existir, é possível que ela não venha a existir nunca. Então, considero fundamentais essa contextualização da vida e a ideia de que a ética é um saber prático.

CORTELLA, Mario Sergio; FILHO, Clóvis de Barros. Ética e vergonha na cara! Campinas, SP: Papirus 7 Mares, com adaptações.

No que se refere aos aspectos semânticos e gramaticais, julgue as assertivas a seguir.

- 01.** Uma conduta ética está somente relacionada às “tempestades” enfrentadas na vida e ao modo como se lida com elas.
- 02.** A ética deve ser praticada em todos os segmentos da vida, independentemente do contexto no qual o indivíduo se encontra inserido.
- 03.** Para que o indivíduo seja plenamente ético, deve estar estabelecido em um ambiente propício a esse padrão de comportamento.

04. A ética é uma conduta utópica, visto que o contexto social vigente é desfavorável e exerce essa influência sobre os indivíduos.

05. A contextualização da vida é fundamental para se vivenciar a ética, porém essa linha de pensamento não condiz com a realidade social da atualidade.

06. No trecho “Aristóteles dá aula no seu liceu e um aluno lhe pergunta o que é ética.”, o verbo “perguntar” possui dupla transitividade, sendo o “lhe” seu complemento indireto.

TEXTO II

Proatividade significa muito mais do que tomar a iniciativa. Implica que nós, como seres humanos, somos responsáveis por nossas próprias vidas. Nosso comportamento resulta de decisões tomadas, não das condições externas. [...]

Eleanor Roosevelt disse: “ninguém pode feri-lo sem seu consentimento”. Nas palavras de Gandhi, isso aparece também: “eles não conseguem tirar nosso respeito próprio se não o entregarmos a eles”. É nosso consentimento, nossa permissão para que as coisas aconteçam a nós que nos fere, muito mais do que os eventos propriamente ditos.

COVEY, Stephen R. Os 7 hábitos das pessoas altamente eficazes. 40. ed. Rio de Janeiro: BestSeller, com adaptações.

No que se refere aos aspectos semânticos e gramaticais, julgue as assertivas a seguir.

- 07.** A proatividade relaciona-se somente à agilidade na tomada de decisões.
- 08.** O comportamento de se deixar impactar por eventos externos define o nível de responsabilidade que o indivíduo assume pela própria vida.
- 09.** O ato de ser proativo remete à capacidade de ter atitude para realização de ações ou resolução de demandas; de antecipar-se aos fatos e responsabilizar-se.

10. Indivíduos cujas ações admitam a intervenção de outras pessoas nas decisões deles são considerados proativos.
11. A conduta norteada por circunstâncias externas caracteriza o comportamento proativo.
12. Nos trechos “*Proatividade significa muito mais do que tomar a iniciativa.*” e “*... muito mais do que os eventos propriamente ditos.*”, a preposição do poderia ser suprimida sem prejuízo da correção gramatical.

ÉTICA NO SERVIÇO PÚBLICO

Fabiano Pereira

13. A inassiduidade habitual é uma conduta passível de suspensão por até noventa dias.
14. Uma infração punível com suspensão prescreverá em dois anos, contados da data em que o ato foi praticado.

DIREITOS HUMANOS E PARTICIPAÇÃO

Ricardo Torques

A Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH) representa um marco na história dos direitos humanos. Sobre esse importante documento, julgue os itens a seguir:

15. A Declaração Universal dos Direitos Humanos prevê expressamente o direito à vida, à liberdade e à segurança pessoal. No entanto, ao versar sobre a vedação à tortura ou tratamentos cruéis, desumanos ou degradantes, a Declaração permite que tais atos ocorram em decorrência de guerra declarada.

16. Todo ser humano tem o direito de ser reconhecido como pessoa perante a lei gozando, sem qualquer distinção, em igualdade de proteção legal. Além disso, visando a isonomia, a Declaração veda qualquer discriminação ou incitamento à discriminação que viole suas disposições.

O Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH) busca dar concretude aos direitos humanos básicos dos brasileiros, alinhando as políticas públicas aos tratados internacionais dos quais o Brasil é signatário. Desse modo, julgue o item seguinte:

17. O PNDH-3, além dos eixos e diretrizes estabelecidos, previu a instituição do Comitê de Acompanhamento e Monitoramento do Programa, mas este foi revogado em 2019.

18. O Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH-3) mostra-se alinhado aos direitos de terceira dimensão ao prever a harmonização entre o desenvolvimento a sustentabilidade, buscando a efetivação de um modelo ambientalmente equilibrado e tecnologicamente responsável. Além disso, valoriza-se a pessoa humana como sujeito central do processo de desenvolvimento e busca-se promover e proteger os direitos ambientais como espécies de direitos humanos, enquadrando as gerações futuras como sujeitos de direitos.

Com base nas disposições da Lei de Execução Penal, julgue os itens sobre o Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária e sobre o Conselho Penitenciário.

19. O Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária deverá contribuir na elaboração dos planos nacionais de desenvolvimento, podendo sugerir metas e prioridades na política criminal e penitenciária. Não compete ao Conselho, no entanto, estimular ou promover a pesquisa criminológica.

20. O Conselho Penitenciário é órgão consultivo e fiscalizador da execução da pena. Desse modo, não incumbe ao Conselho supervisionar os patronatos nem a assistência aos egressos.

Com base no texto constitucional e no posicionamento dos Tribunais Superiores, julgue os itens:

21. A Constituição Federal assegura que todos têm direito de receber dos órgãos públicos informações de seu interesse particular, ou de interesse coletivo ou geral, de modo que é assegurado ao defensor, no interesse de seu representado, ter amplo acesso aos elementos de prova já produzidos e documentados, assim como àqueles que ainda estejam sendo produzidos.

22. O texto constitucional assegura aos presos o respeito à integridade física e moral. Nesse sentido, o Supremo Tribunal Federal entende que o Estado poderá ser obrigado a ressarcir os danos, inclusive morais, comprovadamente causados aos detentos em razão da falta ou insuficiência de condições de encarceramento.

DIREITO CONSTITUCIONAL

Ricardo Vale

No que se refere aos direitos e deveres individuais e coletivos, julgue as afirmações que se seguem:

23. A assistência religiosa somente será permitida em estabelecimentos civis, sendo proibida em instituições militares.

24. O *habeas corpus* é gratuito e pode ser impetrado por qualquer pessoa, desde que assistida por advogado.

25. O ingresso em estabelecimentos privados, sem o consentimento do proprietário, só será permitido mediante autorização judicial.

No que diz respeito ao Poder Executivo, julgue a próxima assertiva:

26. O Presidente da República poderá, mediante decreto, extinguir órgãos públicos e cargos vagos, desde que isso não implique aumento de despesas.

Julgue o item subsequente, a respeito da segurança pública, de acordo com o disposto na CF/88:

27. Os corpos de bombeiros militares são forças auxiliares do Exército.

Julgue a próxima assertiva, com base no que dispõe a Constituição Federal acerca dos direitos políticos:

28. O brasileiro nato jamais poderá perder seus direitos políticos.

Considerando as regras atinentes aos direitos de nacionalidade, julgue o item a seguir:

29. Os portugueses que optarem pela equiparação a brasileiros não poderão solicitar a naturalização.

No que diz respeito às disposições constitucionais sobre os direitos sociais, julgue o item a seguir:

30. Aos trabalhadores rurais é garantido o direito de assistência aos filhos de até cinco anos de idade em creches e pré-escolas.

DIREITO ADMINISTRATIVO

Thállius Moraes

Acerca dos Poderes da Administração e da Responsabilidade Civil do Estado, julgue as próximas assertivas.

31. O poder de polícia, que somente é exercido por órgãos de segurança pública, tem por objetivo evitar lesões aos interesses da coletividade.

32. Situação hipotética: Satanildo, que estava cumprindo pena em um estabelecimento prisional, esfaqueou um colega de cela e um agente penitenciário. Na sequência, ele pulou o muro e esfaqueou um particular para roubar seu carro, que utilizou no ato de fuga, atropelando, inclusive, outras pessoas no caminho. Uma semana depois, ele foi preso novamente, em flagrante, após ter assaltado uma joalheria e lesionado as pessoas que lá estavam no momento do crime. Assertiva: O Estado, ante sua omissão negligente em impedir a fuga, é civilmente responsável por esses danos causados por Satanildo.

Acerca das Licitações e dos Contratos Administrativos, levando em consideração as normas traçadas na Lei 8.666/93, julgue os próximos itens.

33. Situação hipotética: Em uma licitação realizada para a aquisição de determinados bens, para suprir as unidades de um órgão público, as empresas X e Y apresentaram, em igualdade de condições, produtos com as mesmas especificações técnicas e com o mesmo preço. A empresa X é brasileira, mas está instalada e produz seus bens no exterior. A empresa Y, embora seja estrangeira, está instalada e fabrica seus bens no Brasil. Assertiva: No caso narrado, a preferência recairá sobre a empresa Y.

34. A nulidade do procedimento licitatório não induz à nulidade do contrato dele decorrente, salvo em caso de comprovada má-fé.

O Decreto 10.024/19 estabelece as regras que regulamentam a licitação na modalidade pregão, na forma eletrônica. Considerando as disposições desse Decreto, analise os próximos itens.

35. No pregão, realizado em sua forma eletrônica, poderão ser empregados, como critérios de julgamento da seleção da proposta mais vantajosa para a administração, o de menor preço ou de maior desconto, conforme estabelecer o edital.

36. Essa modalidade licitatória não é admissível para a contratação de obras ou de serviços de engenharia, sendo utilizada exclusivamente para a aquisição de bens de natureza comum.

Levando em consideração as disposições da Lei 9.784/99, que estabelece as regras acerca do processo administrativo em âmbito federal, analise o próximo item.

37. Caso o interessado desista de pedido formulado em processo administrativo, a administração deverá automaticamente extinguir o referido processo e determinar o seu arquivamento.

O Decreto 6.170/07 trata das normas relativas às transferências de recursos da União mediante convênios e contratos de repasse. Considerando as suas disposições, analise a próxima assertiva.

38. Não poderá ser feita a celebração de convênios e contratos de repasse com uma entidade privada que tenha como dirigente a esposa de um agente político, mesmo que essa entidade não possua finalidade lucrativa.

DEPARTAMENTO PENITENCIÁRIO NACIONAL

Tiago Zanolla

Acerca do manual das assistências do sistema penitenciário federal, julgue os itens a seguir:

39. O serviço de saúde e a divisão de reabilitação da penitenciária federal serão dotados de atendimento na área de serviço social, sob a responsabilidade de Especialista em Assistência Penitenciária – Assistente Social, ou colaborador eventual com a mesma formação profissional concluída.

O assistente social em exercício na penitenciária federal integrará a Comissão Técnica de Classificação da unidade.

40. A sala destinada ao serviço social conterá os materiais necessários ao exercício da atividade e ao adequado atendimento ao preso, podendo ser sediada tanto no serviço de saúde quanto na divisão de reabilitação.

41. A alimentação ao preso consiste no desjejum, lanche da manhã, almoço, lanche da tarde, jantar e ceia, atendendo a critérios nutricionais especialmente definidos para a manutenção da sua saúde. O Jantar e a ceia podem ser servidos juntos.

42. Será fornecido ao preso, até 2 litros de água potável por dia.

43. O prontuário de saúde, de caráter individual, confidencial e permanente, criado no âmbito do Sistema Penitenciário Federal, destinado aos presos recolhidos nas suas unidades, será constantemente atualizado pelo serviço de saúde, e composto dos registros de profissionais da área de saúde, especificamente, de médicos, da enfermagem, da odontologia, da psicologia, do serviço social, da farmácia e da terapia ocupacional.

As informações do prontuário de saúde do preso deverão estar registradas no sistema informatizado de administração penitenciária, respeitado o sigilo profissional e informações adicionais digitalizadas poderão acompanhar o preso no caso de sua remoção de uma penitenciária federal para outra, ou qualquer estabelecimento penal.

44. A assistência material compreende a oferta de alimentação, vestuário, roupas de cama, material de higiene pessoal e da cela, e outras porventura necessárias.

Com base na LEI N. 11.473/2007, julgue os itens a seguir:

45. A União poderá firmar convênio com os Estados e Municípios para executar atividades e serviços imprescindíveis à preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio

46. As atividades de cooperação federativa têm caráter consensual e serão desenvolvidas sob a coordenação conjunta da União e do Ente conveniente.

De acordo com o DECRETO N. 6049/2007, julgue os itens a seguir

47. O estabelecimento penal federal tem como uma de suas características, a acomodação do preso em cela individual, salvo determinação em contrário do Diretor do Estabelecimento Penal.

48. A estrutura organizacional e a competência das unidades que compõem os estabelecimentos penais federais serão disciplinadas no Manual de Assistências do Departamento Penitenciário Federal.

49. Os estabelecimentos penais federais terão a seguinte estrutura básica a Divisão de Reabilitação e o Serviço de Saúde.

50. A Corregedoria-Geral da Justiça é órgão de fiscalização e correição, incumbida de preservar os padrões de legalidade e moralidade dos atos de gestão dos administradores das unidades, com vistas à proteção e defesa dos interesses da sociedade, valendo-se de inspeções e investigações.

51. A execução administrativa da pena, respeitados os requisitos legais, obedecerá à fase de procedimentos de inclusão e avaliação pela Comissão Técnica de Classificação para o desenvolvimento do processo da execução da pena.

52. Para orientar a individualização da execução penal, os condenados serão classificados segundo os seus antecedentes, personalidade e custo ao erário da manutenção de sua detenção.

53. Cabe a Comissão Técnica de Classificação classificar os antecedentes e a personalidade do preso para fins de individualização da execução penal, observados os procedimentos do Ministério da Justiça.

EXECUÇÃO PENAL

Alexandre Herculano

54. Julgue o item com base na Lei de Execução Penal e nas principais Jurisprudências.

A progressão no regime de cumprimento da pena, nas espécies fechado, semiaberto e aberto, tem como razão maior a ressocialização do preso que, mais dia ou menos dia, voltará ao convívio social.

55. Julgue o item com base na Lei de Execução Penal e nas principais Jurisprudências.

Segundo o STJ, diante do trânsito em julgado de duas sentenças condenatórias contra o mesmo condenado, por fatos idênticos, deve prevalecer a condenação mais favorável ao réu.

56. Julgue o item com base na Lei de Execução Penal e nas principais Jurisprudências.

É exigido, como condição para a progressão de regime e concessão de livramento condicional, que o condenado se submeta a exame criminológico.

57. Julgue o item com base na Lei de Execução Penal.

Os condenados por crime praticado, dolosamente, com violência de natureza grave contra pessoa, ou por qualquer dos crimes equiparados a hediondo, serão submetidos, obrigatoriamente, à identificação do perfil genético, mediante extração de DNA - ácido desoxirribonucleico, por técnica adequada e indolor.

58. Julgue o item com base na Lei de Execução Penal e nas principais Jurisprudências.

A assistência material ao preso e ao internado consistirá no fornecimento de alimentação, vestuário e instalações higiênicas.

59. Julgue o item com base na Lei de Execução Penal e nas principais Jurisprudências.

Na atribuição do trabalho deverão ser levadas em conta a habilitação, a condição pessoal e as necessidades futuras do preso, bem como as oportunidades oferecidas pelo mercado. Assim, a partir dos 70 anos o preso poderá solicitar ocupação adequada à sua idade.

60. Julgue o item com base na Lei de Execução Penal e nas principais Jurisprudências.

A prestação de trabalho externo, a ser autorizada pela direção do estabelecimento, dependerá de aptidão, disciplina e responsabilidade, além do cumprimento mínimo de 1/3 da pena.

61. Julgue o item com base na Lei de Execução Penal e nas principais Jurisprudências.

A prática de fato previsto como crime doloso constitui falta grave e, quando ocasionar subversão da ordem ou disciplina internas, sujeitará o preso provisório, ou condenado, nacional ou estrangeiro, sem prejuízo da sanção penal, ao regime disciplinar

diferenciado com duração máxima de até 2 anos, recolhimento em cela individual e visitas quinzenais, de 2 pessoas por vez.

62. Julgue o item com base na Lei de Execução Penal e nas principais Jurisprudências.

Entre as sanções disciplinares, há o isolamento na própria cela. Sendo, neste caso, uma sanção aplicada somente pelo Juiz da Execução.

63. Julgue o item com base na Lei de Execução Penal e nas principais Jurisprudências.

O Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária será integrado por 13 membros designados através de ato do Ministério da Justiça, dentre professores e profissionais da área do Direito Penal, Processual Penal, Penitenciário e ciências correlatas, bem como por representantes da comunidade e dos Ministérios da área social.

64. Julgue o item com base na Lei de Execução Penal e nas principais Jurisprudências.

Situação hipotética: João, sem ficha criminal, de 22 anos, assassinou, por ciúmes, a sua namorada, brutalmente, quando ela entrou no seu carro. Depois do crime, ele fugiu para outro Estado sendo preso no dia seguinte por policiais que o abordaram em uma blitz.

Assertiva: caso João seja condenado, pelo homicídio doloso qualificado, que é um crime hediondo, poderá progredir do regime fechado para o semiaberto após cumprir os requisitos subjetivos e, também, 40 % da pena, uma vez que ele era primário.

65. Julgue o item com base na Lei de Execução Penal e nas principais Jurisprudências.

Somente se admitirá o recolhimento do beneficiário de regime aberto em residência particular quando se tratar de: condenado maior de setenta anos; condenado acometido de doença grave; condenada com filho menor ou deficiente físico ou mental; e condenada gestante.

66. Julgue o item com base na Lei de Execução Penal e nas principais Jurisprudências.

Os condenados que cumprem pena em regime semiaberto, e não reincidentes, poderão obter autorização para saída temporária do estabelecimento, sem vigilância direta. A autorização, de saída temporária, será concedida por ato motivado do Juiz da execução, ouvidos o Ministério Público e a administração penitenciária e dependerá de bom comportamento do preso e, do cumprimento mínimo de um sexto da pena.

67. Julgue o item com base na Lei de Execução Penal e nas principais Jurisprudências.

Situação hipotética: Valmir está cumprindo pena em prisão domiciliar (com monitoramento eletrônico) considerando que não há vagas em unidade prisional destinada ao regime semiaberto. De acordo com a decisão de juiz que deferiu a prisão domiciliar, Valmir poderá realizar trabalho externo, no entanto, deverá se recolher em casa no máximo até às 19h.

Assertiva: Segundo o STJ, Valmir, reeducando, em prisão domiciliar, poderá ser autorizado a se ausentar de sua residência para frequentar culto religioso no período noturno.

68. Julgue o item com base na Lei de Execução Penal e nas principais Jurisprudências.

A posse de fones de ouvido no interior do presídio configura falta grave, ou seja, é conduta formal e materialmente típica, portanto, idônea para o reconhecimento da falha e a aplicação dos consectários.

69. Julgue o item com base na Lei de Execução Penal e nas principais Jurisprudências.

O indulto extingue os efeitos primários da condenação (pretensão executória), mas não atinge os efeitos secundários, penais ou extrapenais.

70. Julgue o item com base na Doutrina Nacional de Atuação Integrada de Segurança Pública (DNAISP).

A finalidade da DNAISP é estabelecer a base doutrinária para o Processo de Atuação Integrada na realização de ações e operações de segurança pública e defesa social, operacionalizando o Sistema Integrado de Coordenação, Comunicação, Comando e Controle (SIC4) nas três esferas de governo.

71. Julgue o item com base na Doutrina Nacional de Atuação Integrada de Segurança Pública (DNAISP).

As premissas de Atuação Integrada estão alinhadas às competências e atribuições da Secretaria de Operações Integradas (SEOPI) do Ministério da Justiça e Segurança Pública em consonância com os objetivos e estratégias colimadas na Política Nacional de Segurança Pública, e serão levadas em consideração nas ações e operações integradas de segurança pública e defesa social, baseando-se em alguns pressupostos.

72. Julgue o item com base na Doutrina Nacional de Atuação Integrada de Segurança Pública (DNAISP).

O modelo de coordenação adotado no SIC4 é o da liderança situacional, observando-se o escopo da missão a ser desempenhada. Neste modelo, as atribuições legais dos órgãos são respeitadas, sendo que o órgão que está na liderança situacional deve apoiar os demais órgãos para o cumprimento dos objetivos comuns de uma operação ou atividade integrada.

73. Julgue o item com base na Doutrina Nacional de Atuação Integrada de Segurança Pública (DNAISP).

Áreas de Interesse Operacional são os espaços geográficos que não possuem relação direta com os ambientes onde se desenvolverão as ações ou operações integradas de segurança pública e defesa social, mas que podem ser impactados, e, por isso, merecem atenção especial.

74. Julgue o item com base na Doutrina Nacional de Atuação Integrada de Segurança Pública (DNAISP).

Os Centros Integrados de Operações de Fronteira (CIOF) fazem parte da estrutura do SIC4.

75. Julgue o item com base na Doutrina Nacional de Atuação Integrada de Segurança Pública (DNAISP).

O órgão central do SIC4 em nível nacional é a SEOPI, por meio da Diretoria de Operações, utilizando o ambiente do CICCEN, e sua rotina de funcionamento será definida em regimento interno.

76. Julgue o item com base na Doutrina Nacional de Atuação Integrada de Segurança Pública (DNAISP).

O Processo de Atuação Integrada – PAI, será desenvolvido, observando-se os seguintes ciclos de: Planejamento; Execução; Retificação; e Consolidação. Sendo que o monitoramento se aplica ao ciclo de execução.

77. Julgue o item com base na Doutrina Nacional de Atuação Integrada de Segurança Pública (DNAISP).

Os Centros Integrados de Comando e Controle ou estruturas similares são ambientes comuns para a realização da gestão e monitoramento das operações ou atividades operacionais integradas.

78. Julgue o item com base na Doutrina Nacional de Atuação Integrada de Segurança Pública (DNAISP).

São os fundamentos da atuação integrada do Sistema Integrado de Coordenação, Comunicação, Comando e Controle (SIC4) a serem observados durante os ciclos de planejamento, execução, monitoramento, avaliação e consolidação das ações e operações integradas.

SERVIÇO SOCIAL

Nilza Ciciliati

Acerca dos fundamentos éticos, da ética profissional pertinente ao assistente social, julgue os itens a seguir:

79. Toda profissão pode garantir a legitimação de sua ética a partir de seu código, o que seria afirmar uma concepção ética legalista e formal.

80. No que se refere ao projeto profissional, por mais que haja debates, discussões dentro da profissão sobre a construção de um projeto profissional hegemônico, ele nunca será exclusivo.

81. Netto (1999) aponta dois elementos que foram primordiais para o projeto ético-político conquistar hegemonia no Serviço Social, a partir da segunda metade dos anos noventa: o crescente envolvimento de segmentos cada vez maiores de profissionais nos fóruns, nos espaços de discussão e nos eventos da categoria e a disseminação das ideias neoliberais na sociedade.

À luz da legislação específica do assistente social e do Código de Ética do Assistente Social de 1993, julgue os itens a seguir:

82. De acordo com o estabelecido no Código de Ética do Assistente Social, a pena de multa, ainda que o/a penalizado/a compareça para tomar conhecimento da decisão, será publicada em Diário Oficial e em outro órgão da imprensa, e afixado na sede do Conselho Regional onde estiver inserido/a o/a denunciado/a, se não for quitada no prazo de 30 dias.

83. Compete aos Conselhos Regionais (CRESS), nas áreas de suas respectivas jurisdições, zelar pela observância dos princípios e diretrizes do Código de Ética e, ao Conselho Federal (CFESS) cabe funcionar como órgão julgador de primeira instância.

84. Entre os direitos do assistente social, elencados no art. 2º do Código de Ética, estão: a participação na elaboração e gerenciamento das políticas sociais, e na formulação e implementação de programas sociais e, o aprimoramento profissional de forma contínua.

85. Isabela, assistente social de uma empresa, foi demitida por defender a ética profissional e não pactuar com ações que ferem com os princípios contidos no Código de Ética do Assistente Social. Desta forma, Alice, recém-formada e com registro no CRESS, foi contratada para substituir Isabela, para realizar os serviços não prestados por Isabela. Considerando a situação hipotética, não há nenhum problema em Alice assumir essa vaga, já que possui registro no CRESS, devendo prestar seus serviços, de acordo com as regras da empresa que a contratou.

86. O empenho na eliminação de todas as formas de preconceito, incentivando o respeito à diversidade, à participação de grupos socialmente discriminados e à discussão das diferenças é um dever do assistente social.

87. As atividades relacionadas ao planejamento, organização e administração de Serviços Sociais e de Unidade de Serviço Social constituem competências do assistente social, ou seja, são atividades não exclusivas do assistente social.

Julgue os itens subsecutivos, a respeito da dimensão técnico-operativa do serviço social.

88. A dimensão técnico-operativa está relacionada ao campo do fazer profissional, especialmente relacionado com a prática e diz respeito exclusivamente aos instrumentos técnicos utilizados pelos profissionais assistentes sociais.

89. A intervenção profissional é orientada pela dimensão técnico-operativa, teórico-metodológica e ético-política, porém, a dimensão técnico-operativa é considerada a mais importante da profissão, considerando que por meio dela a profissão é conhecida e reconhecida.

90. A instrumentalidade é a ideia de que a teoria é bonita, mas na prática a história é outra. Esse fato pode ser compreendido tanto por estudantes quanto pelos profissionais do Serviço Social.

91. A formação de Serviço Social é bastante ampla e permite ao profissional desenvolver atividades como abordagem individual e grupal, trabalho socioeducativo através de dinâmicas de grupo e também desenvolver trabalhos no campo terapêutico.

92. A entrevista é um instrumento utilizado intencionalmente e que tende a expressar e manifestar contradições entre os indivíduos.

Com referência ao estudo social, relatórios, laudos, perícias e pareceres, julgue os itens subseqüentes.

93. O laudo social é um documento resultante do processo de perícia social e não necessita expressar o detalhamento dos conteúdos do estudo realizado, a não ser quando o detalhamento se torna imprescindível para a análise da situação.

94. O parecer social tem o objetivo de conhecer com profundidade e de forma crítica uma determinada situação, objeto de intervenção profissional.

95. O relatório se caracteriza pela exposição detalhada de todas as providências tomadas em determinadas situações e serve para justificar os encaminhamentos adotados.

Com relação a políticas, diretrizes, ações e desafios referentes à família, à criança e ao adolescente, julgue os itens subsecutivos.

96. Carlos e Patrícia mantêm união estável e pretendem adotar uma criança. Após todos os trâmites, estavam passando por um estágio de convivência com a criança e já estavam criando vínculos de afinidade e afetividade entre eles. Porém, antes de se efetivar a adoção, o casal se separa. Considerando essa situação hipotética e de acordo com o disposto no Estatuto da criança e do adolescente (ECA), o casal não poderá mais dar andamento na adoção, pois os divorciados, os judicialmente separados e os ex-companheiros não podem adotar conjuntamente.

97. De acordo com o Estatuto da criança e do adolescente (ECA), a adoção dependerá do consentimento do adotando em qualquer idade, desde possua um grau de compreensão sobre as implicações da medida.

98. Conforme dispõe o ECA, revistas e publicações contendo material impróprio ou inadequado a crianças e adolescentes deverão ser comercializadas em embalagem opaca, com a advertência de seu conteúdo; as mensagens pornográficas ou obscenas nas capas devem ser protegidas com embalagem lacrada.

99. O encaminhamento às instituições em programas de acolhimento institucional somente poderá ser feito por meio de um Plano Individual de Atendimento (PIA).

100. De acordo com o Estatuto da criança e do adolescente (ECA), se uma criança cometer um ato infracional, ela poderá receber uma medida de proteção ou uma medida socioeducativa, a depender da gravidade do ato, que será levada em consideração pela autoridade judiciária, na aplicação da medida.

101. Em relação às medidas socioeducativas, a internação e semiliberdade são aplicadas na sentença, sem prazo determinado, devendo ser reavaliada no máximo a cada 6 meses.

No que se refere à Lei Maria da Penha e ao Estatuto do Idoso, julgue os itens a seguir.

102. A Lei Maria da Penha traz cinco formas de violência doméstica e familiar contra a mulher, sendo a violência moral entendida como qualquer conduta que lhe cause dano emocional e diminuição da autoestima ou que lhe prejudique e perturbe o pleno desenvolvimento ou que vise degradar ou controlar suas ações, comportamentos, crenças e decisões, mediante ameaça, constrangimento, humilhação, manipulação, isolamento, vigilância constante, perseguição contumaz, insulto, chantagem, violação de sua intimidade, ridicularização, exploração e limitação do direito de ir e vir ou qualquer outro meio que lhe cause prejuízo à saúde psicológica e à autodeterminação.

103. João, idoso com 65 anos de idade, foi atendido pelo serviço de saúde em um hospital particular. Durante o atendimento, o médico verificou que se tratava de um caso de suspeita de violência. Considerando a situação hipotética e de acordo com as determinações do Estatuto do Idoso, a equipe de saúde deverá notificar compulsoriamente a autoridade policial.

104. Francisco completou 65 anos de idade e reside com sua irmã Joana, 70 anos, solteira e beneficiária de uma aposentadoria por idade no valor de um salário mínimo, sendo esta a única renda familiar. Joana tem grande parte de sua renda comprometida com despesas de saúde e Francisco não tem condições de prover o próprio sustento. De acordo com o Estatuto do Idoso e a Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), não será assegurado à Francisco o benefício assistencial ao idoso (BPC), tendo em vista que a renda familiar per capita ultrapassa 1/4 do salário mínimo.

105. Juliana e Euzébio tinham um relacionamento e moraram na mesma residência por 5 anos, porém não eram casados civilmente. Juliana sempre manifestou que não tinha nenhuma intenção de ter filhos, mas Carlos insistia na ideia e começou a proibir que Juliana fizesse uso de qualquer método contraceptivo para a forçar a engravidar. Considerando o disposto na Lei Maria da Penha, Euzébio está cometendo violência sexual contra Juliana.

Considerando a proteção social às pessoas com deficiência, às pessoas com transtornos mentais e aos usuários de álcool e outras drogas, julgue os itens a seguir.

106. De acordo com a Lei nº 13.146/2015, barreiras arquitetônicas são aquelas existentes nos edifícios públicos e privados e as barreiras urbanísticas são as existentes nas vias e nos espaços públicos e privados abertos ao público ou de uso coletivo.

107. A pessoa com deficiência tem plena capacidade civil para exercer o direito à família, exercer seus direitos sexuais e conservar sua fertilidade, porém é vedada a possibilidade de ser curadora ou tutora, em qualquer condição.

108. Considerando o Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas (SISNAD), instituído pela Lei n.º 11.343/2006, quem adquirir, para consumo pessoal, drogas sem autorização ou em desacordo com determinação legal ou regulamentar será submetido à detenção com a aplicação de prazo máximo de 10 meses.

Em relação às políticas e programas dirigidos aos seguimentos específicos e às políticas setoriais, julgue os itens a seguir.

109. De acordo com a Lei nº 10.216/2001 que dispõe sobre a proteção e os direitos das pessoas portadoras de transtornos mentais, conhecida como Lei da Reforma Psiquiátrica, a internação psiquiátrica involuntária só pode ser determinada pela autoridade judiciária.

As Resoluções do Conselho Federal de Serviço Social são importantes instrumentos de orientação e normatização do exercício profissional dos assistentes sociais. Com base nessas resoluções, julgue os itens seguintes.

110. De acordo com a RESOLUÇÃO CFESS nº 493 de 21 de agosto de 2006, que dispõe sobre as condições éticas e técnicas do exercício profissional do assistente social, caso o assistente social não encontre um ambiente adequado para exercer sua atividade profissional e que garanta a privacidade do usuário, deverá informar imediatamente ao CRESS por escrito, para que tome as providências cabíveis.

111. Conforme a Resolução CFESS nº 533/2008, a supervisão direta de estágio em Serviço Social é atividade privativa do assistente social.

112. Os estudos sociais podem se enquadrar como materiais técnicos sigilosos ou não, a depender da natureza do seu conteúdo.

113. Daiane, assistente social, realizou o atendimento de um usuário no Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), conjuntamente com a psicóloga da equipe. Considerando a situação hipotética apresentada, devido ao atendimento em

parceria com a psicóloga, a opinião técnica deve ser elaborada de forma conjunta entre as duas profissionais.

Com relação ao trabalho do assistente social com famílias e as concepções e as formas de atendimento e acompanhamento, julgue os itens que se seguem.

114. De acordo a evolução da proteção social às famílias, é possível observar que nas definições clássicas de família, o critério de consanguinidade aparece com nitidez e na modernidade, o de afetividade e solidariedade se sobressaem.

115. Sobre concepções de família, é pertinente ponderar que a família é uma instituição contraditória e conflituosa, mas pode ser considerada como homogênea e harmoniosa.

116. O “familismo” ou tendência familista da política social é uma perspectiva de maior responsabilização da família pelo bem-estar de seus membros, incentivado pelas políticas públicas.

Com relação à questão social e política social, julgue os itens a seguir.

117. Behring e Boschetti (2011) enumeram os elementos essenciais do liberalismo, que impactam diretamente na forma com que o Estado intervém nas políticas sociais. Entre esses elementos podemos citar o predomínio da liberdade e da competitividade e a ampliação das políticas sociais.

118. Na década de 60, a categoria profissional dos assistentes sociais sofreu uma forte ruptura com as bases conservadoras, passando a defender a formulação de políticas vinculadas à intervenção estatal.

119. O modelo de proteção social baseado na lógica do seguro social obrigatório, na Alemanha era denominado de modelo bismarckiano.

120. A partir do reconhecimento da questão social nas relações sociais que acontece o surgimento das políticas sociais como meio de intervenção estatal.

Prova Discursiva

Marcio Damasceno

A origem da criminalidade

Sem contar as vidas perdidas, o crime custa ao Brasil mais de 100 bilhões de reais. Para curar essa chaga, é preciso primeiro entender como ela é fabricada.

A sensação de insegurança no Brasil não é sem fundamento. Somos, de fato, um dos países mais violentos da América Latina, que, por sua vez, é a região mais violenta do globo. O país perde muito com isso.

Só por causa dos assassinatos, o homem brasileiro vive um ano e poucos meses a menos, em média. Se esse homem vive no Rio de Janeiro, o prejuízo é ainda maior: quase três anos a menos. As mulheres também não passam incólumes. Na cidade de São Paulo, em 2001, o assassinato foi, pela primeira vez, a principal causa de mortes de mulheres, ultrapassando números de mortes por doenças cerebrovasculares e Aids.

Embora tão grave e nociva, a chaga do crime é pouco entendida no Brasil. Mas, afinal, qual é a origem do crime?

Existem muitas teorias para explicar o que gera a criminalidade. Cada uma delas se aplica perfeitamente a pelo menos uma situação criminosa, mas nenhuma consegue explicar o nascedouro de todos os crimes. Para o antropólogo e cientista político Luiz Eduardo Soares, que foi coordenador de Segurança, Justiça e Cidadania no governo de Anthony Garotinho (PSB) no Rio de Janeiro, isso acontece porque “crime” é um conceito muito amplo. “Não há uma teoria geral sobre criminalidade porque não há uma criminalidade ‘em geral’. Quando falamos em crime, estamos nos referindo à transgressão de uma lei, e isso engloba uma infinidade de situações diferentes, cada uma favorecida por determinadas condições”, diz ele. Em outras palavras: crimes diferentes têm causas diferentes. “Um menino de rua que rouba para cheirar cola tem uma motivação completamente diferente da que move o operador financeiro que lava dinheiro para traficantes. No entanto, ambos estão cometendo crimes.”

Disponível em: <https://super.abril.com.br/ciencia/a-origem-da-criminalidade/>. Acesso em: 06/08/2020. Com adaptações.

Considerando que o fragmento de texto acima tem caráter unicamente motivador, redija um texto dissertativo acerca do seguinte tema.

VIOLÊNCIA NO BRASIL: CAUSAS E SOLUÇÕES

Ao elaborar seu texto, aborde, necessariamente, os seguintes aspectos:

< raízes da atual violência urbana; [valor: 6,30 pontos]

< responsabilidade do poder público no combate à violência; [valor: 6,30 pontos]

< possíveis medidas a serem tomadas para se enfrentar a criminalidade. [valor: 6,40 pontos]

FOLHA DE RESPOSTA

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

Preencha o Gabarito!

<http://bit.ly/Simulado-DEPEN-Serviço-Social-29-08-20>

NÃO É ASSINANTE?

Confira nossos planos, tenha acesso a milhares de cursos e participe gratuitamente dos projetos exclusivos. Clique no link!

<https://bit.ly/Estrategia-Assinaturas>

CONHEÇA NOSSO SISTEMA DE QUESTÕES!

Estratégia Questões nasceu maior do que todos os concorrentes, com mais questões cadastradas e mais soluções por professores. Clique no link e conheça!

<https://bit.ly/Sistemas-de-Questões>